

O PAPEL DA CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO DESMATAMENTO NA FLONA DE ALTAMIRA.

MAURO DA SILVA CALDAS¹, MARCOS VINÍCIUS LIMA CHAVES², ³ADRIELLY COSTA SOUZA e ⁴MILENA PANTOJA DE SOUZA PEPER

¹Eng. Florestal, Esp., GREEN FOREST, Belém-PA ms_caldas@yahoo.com.br;

²Eng. Ambiental, GREEN FOREST, Belém-PA, marcosvlchaves@gmail.com;

³Eng. Florestal, GREEN FOREST, Belém-PA, adrielly.cs.florestal@gmail.com;

⁴Eng. Florestal, GREEN FOREST, Belém-PA, milenaspantoja@gmail.com

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC
4 a 6 de outubro de 2022

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar o papel desempenhado pelo mecanismo da concessão de florestas públicas, como barreira ao avanço do desmatamento no caso da Floresta Nacional de Altamira, tendo como base, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal – PRODES. Traçada a metodologia, foram feitas análises em determinados períodos temporais anteriores e posteriores à criação da Unidade de Conservação, com o incremento das áreas de manejo florestal concessionadas pelo governo federal, no intuito de acompanhar se houve evolução no processo. Como resultados, foi possível observar o importante papel dessa ferramenta de gestão florestal, como medida preventiva e/ou mitigadora junto à atividade predatória.

PALAVRAS-CHAVE: Manejo florestal, unidade de conservação, monitoramento, PRODES, Amazônia.

THE ROLE OF PUBLIC FOREST CONCESSION IN RELATION TO DEFORESTATION IN FLONA DE ALTAMIRA.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the role played by the concession of public forests, as a barrier to the advance of deforestation in the case of the Altamira National Forest, based on data from the Project for Monitoring Deforestation in the Legal Amazon - PRODES. Once the methodology was outlined, analyzes were carried out in certain temporal periods before and after the creation of the Conservation Unit, with the increase of forest management areas under concession by the federal government, in order to monitor whether there was any evolution in the process. As a result, it was possible to observe the important role of this forest management tool, as a preventive and/or mitigating measure against predatory activity.

KEYWORDS: Forest management, conservation unit, monitoring, PRODES, Amazon.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos acompanhado uma crescente nos índices de desmatamento da Amazônia Legal, e os dados quantitativos que enrijecem tal afirmação, quando separados por estados, revelam o Pará como sendo aquele que mais desmata em comparação aos outros que compõem o bioma. De acordo com as informações disponíveis do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal – PRODES, o período compreendido entre 2020 e 2021, o Pará foi responsável por 5.238 Km² de florestas paraenses derrubadas, ou seja, um representativo que equivale à 40% do total desmatado na Amazônia Legal. (INPE, 2022)

Grande parte dessa devastação ocorre em áreas de florestas públicas que ainda não tiveram sua destinação e/ou uso definidos pelo poder público, sendo sua expansão acompanhada também nos limites e até no interior de Unidades de Conservação. Como consequência desse processo desequilibrado, há uma pressão que afeta diretamente os recursos hídricos, a manutenção da biodiversidade, as emissões de gases que provocam o efeito estufa e acima de tudo a vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

A concessão de florestas públicas foi estabelecida com o advento da Lei nº 11.284/2006, assim denominada Lei de Gestão de Florestas Públicas – LGFP, tendo como um dos seus princípios: “o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais.” Em face disso, esse mecanismo veio contribuir efetivamente para frear o desmatamento ilegal na região, dando a possibilidade para os governos federal, estadual e municipal, de ofertar áreas por meio de licitação para implementação do manejo florestal sustentável, corroborando inclusive para a diminuição de atos ilícitos como a grilagem de terras públicas e atividades predatórias como o garimpo e exploração madeireira ilegal. (LGFP 11.284, 2006)

A Floresta Nacional de Altamira foi criada pelo Decreto nº 2.483 de 02 de fevereiro de 1998, e possui uma área de 689.012,00 hectares. Localiza-se no Estado do Pará e abrange os municípios de Altamira, Trairão e Itaituba no sudoeste paraense. Essa área apresenta uma relevância ecológica significativa, já que contribui para a proteção de parte da Floresta Amazônica, e como objetivos de sua criação têm-se: “o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, a manutenção da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, a recuperação de áreas degradadas, a educação florestal e ambiental, a manutenção de amostras do ecossistema amazônico e o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes à Flona.” (Plano de Manejo da Flona de Altamira, 1988)

O estudo de caso da Flona de Altamira, que está localizada na zona de influência do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (Cuiabá-Santarém), revela o contexto e a evolução do desmatamento na região, que possui histórico de degradação ambiental, diversas tipologias de Unidades de Conservação como confrontantes aos seus limites geográficos, bem como áreas de floresta pública não destinadas ao seu entorno, caracterizando a região como um verdadeiro “barril de pólvora”, dada a sua iminente e ocorrente possibilidade de geração de conflitos de ordem ambiental e fundiária dentre outros.

MATERIAL E MÉTODOS

A definição e/ou abrangência da área de estudo, foi estabelecida a partir da criação de uma zona de influência em formato de círculo, no qual está inserido todo o limite territorial da Flona de Altamira e parte das áreas limítrofes a esta. Essa figura geométrica possui um raio de 100 (cem) quilômetros a partir do centróide da Flona e cuja coordenada de referência é -55°04'44,03"W 05°55'06,91"S.

Inicialmente, foi definido e selecionado um intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1988 (início do monitoramento realizado pelo PRODES), até 1997, ano anterior à criação da Unidade de Conservação. O segundo intervalo, de 1998 até 2017, refere-se ao decurso de 19 anos da criação da Flona, bem como o início das atividades, naquele mesmo ano, pelas concessionárias detentoras dos contratos de concessão assinados por meio de licitação, junto ao Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Por fim e não menos importante, o terceiro e último intervalo temporal foi estabelecido entre os anos de 2018 até 2021, demonstrando dessa forma os dados mais recentes e atuais do PRODES.

Com base nesses parâmetros, foram plotados, analisados e compilados ano a ano, os dados de desflorestamento do PRODES na área de estudo, com o intuito de determinar o quantitativo de fragmentos e/ou porções de florestas que sofreram alterações predatórias ao longo dos anos. Foram evidenciadas nos mapas as Unidades de Manejo Florestal – UMF's da concessão federal, ocupadas em meados de 2016/2017 para a prática do manejo florestal sustentável.

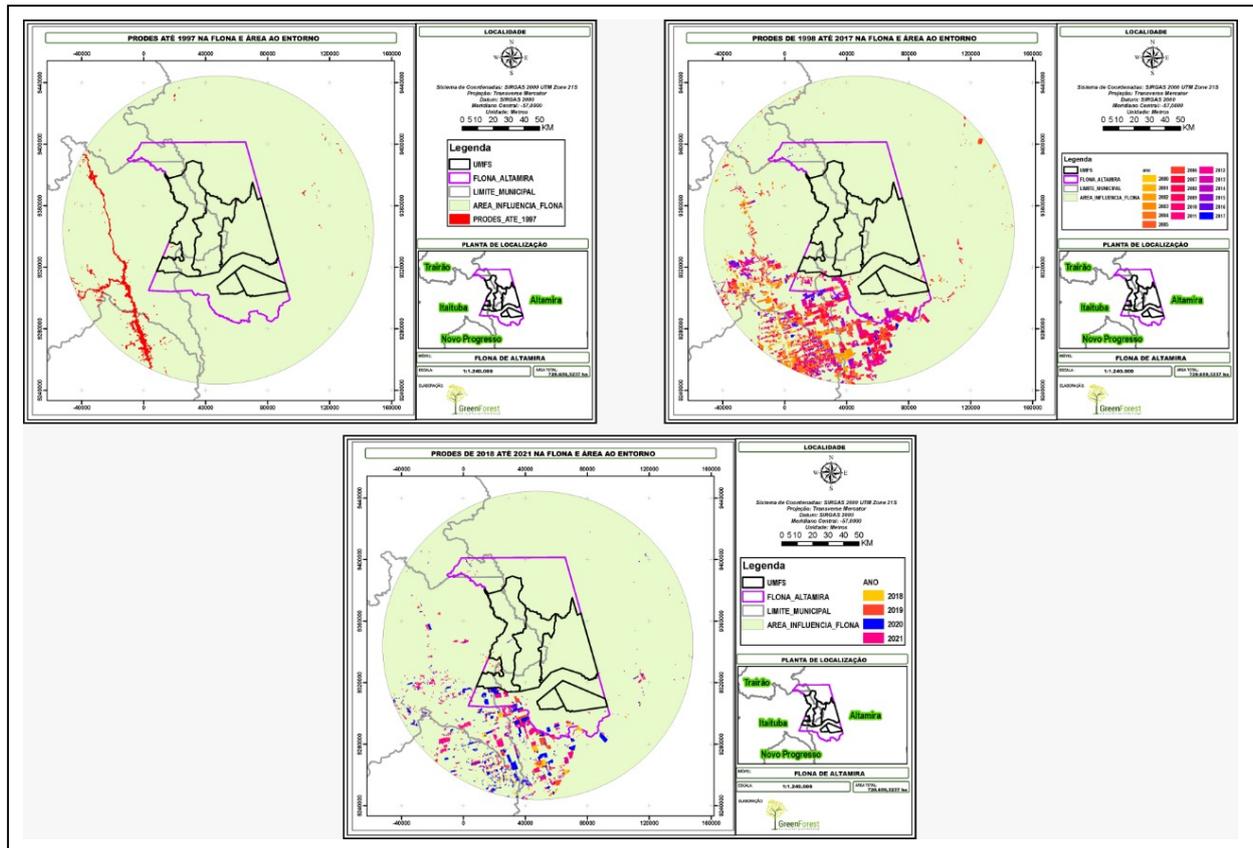


Figura 1. Mapa da área de estudo com dados de desflorestamento do PRODES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a **Figura 1** acima, foi possível verificar que até 1997, o desmatamento se concentrou na região do entorno à Flona, principalmente ao longo da BR-163. Enquanto entre 1998 e 2017, o aumento do desflorestamento foi adentrando para os interiores dos municípios, cruzando fronteiras inclusive da Flona e chegando às proximidades dos limites das UMF's.

No último período analisado entre 2018 e 2021, percebe-se que o desflorestamento sofreu redução na região de modo geral, apesar do intervalo de tempo ser menor que os anteriores, porém, observa-se que alterações no interior da Flona continuaram ocorrendo mesmo após 23 anos da sua criação e 5 anos após o início das atividades de manejo nas áreas de concessão.

A **Tabela 1** a seguir, mostra o desflorestamento que ocorreu na área de estudo, diferenciando a região de dentro da Flona, região ao entorno dela e dentro das unidades de manejo sustentável de concessão.

| 1988 - 1997 | | |
|------------------|------------------|--------------|
| REGIÃO | CLASSE | ÁREA (ha) |
| DENTRO DA FLONA | DESFLORESTAMENTO | 77,0072 |
| ENTORNO DA FLONA | DESFLORESTAMENTO | 31.527,5266 |
| 1998 - 2017 | | |
| REGIÃO | CLASSE | ÁREA (ha) |
| DENTRO DAS UMF's | DESFLORESTAMENTO | 490,5203 |
| DENTRO DA FLONA | DESFLORESTAMENTO | 16.983,4735 |
| ENTORNO DA FLONA | DESFLORESTAMENTO | 201.526,5147 |
| 2018 - 2021 | | |
| REGIÃO | CLASSE | ÁREA (ha) |
| DENTRO DAS UMF's | DESFLORESTAMENTO | 408,8056 |

| | | |
|------------------|------------------|-------------|
| DENTRO DA FLONA | DESFLORESTAMENTO | 12.515,9073 |
| ENTORNO DA FLONA | DESFLORESTAMENTO | 75.819,8668 |

Tabela 1. Quantitativo de áreas desflorestadas.

Através da análise da **Tabela 1**, foi possível verificar que o desflorestamento dentro da Flona de Altamira foi seguidamente menor do que ao seu entorno, em todos os intervalos temporais. Porém é importante ressaltar que, mesmo sendo menor em números absolutos, é notável um aumento da degradação no interior da unidade de conservação. De acordo com a análise, comparando os dados do PRODES até 1997 com o PRODES entre 1998 e 2017, pôde-se perceber um aumento para 16.983,4735 ha, cerca de 220 vezes maior no período de 1998 até 2017 do que o apresentado até 1997.

Já na área ao entorno da Flona, o crescimento entre 1998 e 2017 foi, aproximadamente, 6,4 vezes maior do que até 1997, ou seja, de 31.527,5266 ha até 1997 saltou para 201.526,5147 ha no período de 1988 até 2017. Na área de estudo, o aumento da área desflorestada total foi de 218.509,9881 ha.

Comparando os períodos de 1998 até 2017 e 2018 até 2021, notou-se uma desaceleração dos números do PRODES na área de estudo de modo geral, representando um total de 88.335,7741 ha desflorestados, cerca de 130.174,2141 ha a menos do que no período analisado anteriormente. É evidente que o período de 2018 até 2021 compreende um intervalo temporal menor, quando comparado ao anterior, porém as médias anuais apresentam um aumento quando comparadas, onde no período de 1998 até 2017 a média anual foi de 11.500,5256 há, e no período de 2018 até 2021 a média foi elevada para 29.445,2580 ha.

Confrontando os dados das áreas dentro e fora da unidade de conservação nos períodos de 1998 até 2017 e 2018 até 2021, notou-se uma desaceleração nos números do PRODES. Dentro da Flona foi identificado uma queda de 27% na velocidade do desflorestamento, enquanto na região fora da Flona apresentou uma queda de 63%. Logo, nota-se que o desflorestamento dentro da Flona se mantém praticamente no ritmo, visto que 16.983,4735 ha foram desflorestados em 19 anos, ao passo que em 3 anos foram desflorestados 12.515,9073, apresentando médias de 893,8670 ha e 4.171,9691 ha nos períodos de 1998 até 2017 e de 2018 até 2021, respectivamente.

Na região ao entorno da UC, no período de 1998 até 2017 a média anual de desflorestamento ao longo dos anos foi de 10.606,6587 ha, enquanto no período de 2018 até 2021 a média foi de 25.273,2889 ha, o que demonstra que a frequência do desmatamento na região ao entorno também foi alta. Todavia, o mais importante a ser considerado pela análise é o fato de que as UMF's dentro da Flona apresentam desflorestamento, porém em níveis bem menores. Em 1997, ainda não havia sido criada a UC tampouco a delimitação das UMF's, logo os dados do PRODES não têm aplicação para esse período. Entre 1998 e 2017, ocorreu desflorestamento de 490,5203 ha na área onde se localizam as UMF's, segundo PRODES. Enquanto no período de 2018 até 2021, houve um acréscimo de 408,8056 ha de desflorestamento na região das UMF's. Importante ressaltar que, mesmo havendo o desmatamento na região das UMF's, ele é bem menos significativo do que aquele que ocorre na área ao entorno da Flona e até mesmo na área dentro da Flona. É certo que, na teoria, o desflorestamento dentro das UMF's não deveria acontecer, exceto para atividades inerentes ao manejo florestal sustentável nas áreas de concessão.

CONCLUSÃO

Assim sendo, com base na análise dos dados quantitativos do PRODES em conjunto com os parâmetros considerados, é possível concluir que, ainda que a ação predatória do desmatamento e/ou desflorestamento de fragmentos florestais da Flona de Altamira tenham avançado pelo decurso dos anos, desde 1988 (início do monitoramento via PRODES), até meados de 2021 e tais números ainda demonstrem crescimento médio significativo, pode-se afirmar que a criação da Unidade de Conservação da Flona de Altamira com a consequente delimitação das Unidades de Manejo Florestal para concessão florestal, atuaram como mecanismo inibidor para frear o desmatamento não só no estado do Pará, como da Amazônia Legal consequentemente, já que é compartilhada a responsabilidade de monitoramento dos limites, principalmente das áreas das UMF's, já que as empresas vencedoras do certame licitatório assinam contrato assumindo tal obrigação, e iniciam suas

atividades com constante e crescente tráfego de trabalhadores, máquinas e com a presença de órgãos fiscalizadores no acompanhamento das atividades, afugentando a presença de prováveis degradadores do meio ambiente na região.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à GREEN FOREST – Consultoria Ambiental, pela disponibilidade de recursos técnicos, operacionais e humanos para a elaboração deste.

REFERÊNCIAS

- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais. 2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>
- Presidência da República. Casa Civil. 2006 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm
- Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira. 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-de-altamira/pm_flona_altamira_planejamentoII.pdf